

Ações Sócio-Educativas em Áreas de Igarapé: Experiência Interdisciplinar de Extensão

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

Este trabalho apresenta a experiência em escolas municipais da área de entorno do Igarapé do 40, em Manaus/AM, no projeto “Um modelo de planejamento e gerenciamento Integrado e Participativo de Recursos Hídricos para cidades Amazônicas”, financiado pela FINEP/MCT, em parceria com CTHidro/UNISOL/UFAM/MPGI. O Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-ambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia - Grupo Inter-Ação, responsável pela área social, desenvolve as atividades de pesquisa e extensão (pesquisa-ação). Neste trabalho, serão enfatizadas atividades de extensão empreendidas no projeto, cujo objetivo central é o desenvolvimento de metodologias eficientes adequadas às cidades da Amazônia, para promoção do ordenamento do uso da água, a disposição adequada de resíduos sólidos e efluentes, implantação de um modelo de planejamento e gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, com atuação direta dos usuários dos recursos, dos tomadores de decisões e responsáveis pela elaboração e implantação das políticas para o setor. O projeto adota metodologia participativa como base para as ações realizadas. Este tem sido um espaço de contribuição no processo de formação profissional de acadêmicos de várias áreas, propiciando às comunidades envolvidas o acesso a conhecimentos diferenciados através das ações sócio-educativas, num diálogo entre os atores.

Autoras

M^a P. Socorro R. Chaves. Assistente Social, Dra. em Política Científica e Tecnológica Unicamp/CIREDE; Msc em Sociologia; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação/DSS/UFAM; Docente do Departamento de Serviço Social da UFAM

Débora Cristina B. Rodrigues. Assistente Social, Msc. Em Sociedade e Cultura na Amazônia, Pesquisadora Grupo Inter-Ação, docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UniNorte.

Silvana Barroso Compto Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFAM.

Ma. Bernadete Maia Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UniNorte

Mirlene Dantas Caldas. Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UniNorte

Instituição

Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Centro Universitário UniNorte

Palavras-chave: ações sócio-educativas; igarapé; interdisciplinaridade

Introdução e objetivo

As discussões em torno da questão ambiental têm adquirido centralidade, sobretudo nas décadas de 80 e 90, nos debates acadêmicos e fóruns da sociedade civil organizada, bem como de vários outros setores que compõem a sociedade. Dessa forma, a problemática ambiental na contemporaneidade traz a tona preocupações quanto à relação sociedade e natureza, o que remete para necessidade de uma revisão do modelo atual de uso e gestão dos recursos naturais. “A problemática ambiental na contemporaneidade fez aflorar um variado leque de questões e preocupações relativas à relação sociedade-natureza. O modo de produção

inaugurado nos primórdios da revolução industrial impôs a exigência de dominar a natureza, no entanto, as consequências geradas por esta trajetória cobram uma necessária revisão do modelo de uso e gestão dos recursos naturais, sob pena da destruição da própria humanidade” (Chaves, 2002, p. 20).

No plano internacional, os debates estão sendo paulatinamente ampliados, ao mesmo tempo em que se acirram, adentram na arena política novos atores políticos, novas possibilidades são focalizadas no sentido de conjugar o desenvolvimento social e a conservação do meio ambiente. Assim, a problemática sócio-ambiental assume ampla repercussão, o que fomenta o confronto dos limites vigentes nos modelos de desenvolvimento societais.

Portanto, entende-se que na contemporaneidade no trato das questões sócio-ambientais, de modo particular na busca pelo conhecimento da relação sociedade-natureza, diversas formas de abordagem prevalecem como resultado da trajetória das diferentes formações sócio-históricas. Neste embate duas posições servem como matrizes opostas que se confrontam, são elas: a visão de domínio da sociedade sobre a natureza – predominante na sociedade ocidental, na formação urbano-industrial cujos fundamentos derivam dos conhecimentos acadêmicos científicos; a visão de integração entre sociedade-natureza mais comum nas sociedades tradicionais cujos fundamentos baseiam-se nos saberes das populações tradicionais (Chaves, 2002). Neste contexto, a utilização, apropriação e o manejo dos recursos hídricos pela sociedade global têm adquirido ênfase, tendo em vista sua condição de recurso não renovável.

O Brasil é apontado como um dos campeões mundiais em desperdício de água. As empresas de abastecimento de água que prestam serviço no território brasileiro apresentam índices de perda de água tratada de até 60% (IBGE, 1991), enquanto nos países desenvolvidos esses índices alcançam no máximo 20%. Embora haja muitos dados desencontrados entre os autores, eles configuram a mesma problemática, alguns chegam a registrar que o desperdício pode atingir 40% da água tratada, com perda de 4,16 bilhões de m³/ano, uma quantidade que daria para atender a necessidade de 35 milhões de consumidores pelo mesmo período. Nos principais centros urbanos do Brasil as águas estão poluídas por serem usadas pelas indústrias, residências, hospitais, comércio e serem devolvidas aos rios sem tratamento.

Diversos problemas sociais e ambientais ocorrem todos os dias, inundações causam catástrofes e mortes em cidades como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, e outras. No meio rural, os rios e seus tributários poluídos pelo uso desordenado de fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas na agricultura, cujos resíduos são carregados pelas chuvas para os seus leitos, transbordam destruindo habitações, lavouras e pastos (Chaves, 2002).

A partir desta perspectiva foi elaborado o projeto “Um modelo de planejamento e gerenciamento Integrado e Participativo de Recursos Hídricos para cidades Amazônicas”, cujo objetivo é a construção de um planejamento sócio-comunitário de manejo dos recursos hídricos no meio urbano, que possa servir de modelo para cidades amazônicas. O objetivo central do trabalho é o desenvolvimento de ações sócio-educativas com adolescentes, jovens e suas famílias para identificação da situação dos recursos hídricos, a variação sazonal e espacial, cenário sócio-econômico, os impactos da ocupação, as condições de vida e sócio-ambientais da população local, tendo em vista a necessidade de buscar soluções coletivas e realistas para a situação vigente.

O projeto propõe o desenvolvimento de metodologias eficientes e apropriadas às peculiaridades das cidades na região amazônica, visando a promoção do ordenamento do uso da água, a disposição adequada de resíduos sólidos e de efluentes pela implantação de um modelo de planejamento e gestão integrada e participativa dos recursos hídricos urbanos, que permita a atuação direta dos usuários dos recursos, dos tomadores de decisões e dos responsáveis pela elaboração e implantação das políticas para o setor.

Metodologia

Vale destacar que no presente relato, aborda-se as ações que caracterizam práticas de extensão, embora se reconheça a interdependência de ambas. As atividades desenvolvidas pelos membros do grupo Inter-Ação possuem caráter interdisciplinar, envolvendo diversas áreas de conhecimento técnico-científico, bem como, do saber técnico-científico e do saber popular - o que tem propiciado a construção de uma relação entre as diversas formas de apreensão da realidade social e entre profissionais e comunitários.

O projeto está sendo implementado junto as comunidades da área de entorno do Igarapé do 40 na cidade de Manaus/AM através de metodologia de natureza participativa. A metodologia, entendida enquanto procedimentos que articulam de modo complexo um conjunto de técnicas, métodos e instrumentos para operacionalização da práxis coletiva interdisciplinar na intervenção na realidade social, adotou como critério a participação democrática e princípios ético-políticos na execução do projeto.

Posto que, a “metodologia participativa capacita os atores, implicando-os na construção do projeto e no seu desenrolar” (Thiollent, 2000, p.23). Nesta perspectiva foi possível desenvolver ações conseqüentes e pertinentes aos interesses locais e, simultaneamente, trabalhar o uso dos recursos hídricos numa perspectiva totalizante – na percepção da relação homem/mulher e natureza. Na perspectiva posta por Thiollent (idem), a instrumentalização para viabilização do trabalho extensionista, pode se dá pela via da metodologia participativa, que tem como base o estímulo à cooperação, num compromisso de solidariedade entre os vários atores sociais envolvidos no processo. Neste sentido, a metodologia participativa está associada a uma postura ética que visa um tipo de emancipação, envolvendo a discussão e a autonomia dos participantes na “perspectiva de uma extensão ativa, participativa, capaz de contribuir para estudos, experimentações ou ações coletivas sobre questões sociais e educacionais da época.” (Thiollent, idem, p.19). Partindo da perspectiva posta por Thiollent (idem), a extensão universitária se constitui como um campo de experimentação em pesquisa aplicada, ao mesmo tempo em que atua/intervém na difusão de conhecimentos, assessoria e consultoria a diversos atores e grupos externos, nos mais variados setores, tais como: educação, saúde, meio ambiente, trabalho, emprego, cultura, entre outros.

Neste sentido, percebe-se uma maior abertura e sensibilidade desta área da universidade, para atuar sobre as questões sociais. Neste trabalho, partilha-se a perspectiva defendida por Thiollent (2000), ao afirmar que a extensão universitária é campo de experimentação, no qual são implementados projetos de ensino e pesquisa, com caráter interdisciplinar, direcionados às questões da comunidade, viabilizando ações que proporcionam a reflexão e a realização de alternativas voltadas para o repasse de saberes científicos, construção coletiva (universidade/atores externos) de novos conhecimentos e resoluções para as problemáticas societárias.

A experiência do grupo Inter-Ação no desenvolvimento de ações sócio-educativas em escolas municipais em áreas de entorno do Igarapé do 40, na cidade de Manaus, tem se pautado na pesquisa-ação que abrange ações investigativas e de extensão, sendo esta concebida “em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1985, p. 14). Deste ponto de vista, as ações de intervenção foram delineadas pelo grupo de forma a obedecerem a algumas etapas interligadas e necessárias para o alcance dos objetivos propostos. O primeiro momento caracterizou o conhecimento da área e o contato com as lideranças e com os informantes-chave (agentes de saúde, professores, líderes em geral), procedendo-se nesta ocasião a seleção das áreas focais.

Para tal, foram realizadas visitas domiciliares, perfazendo toda extensão deste. A partir desta visita foram definidas as áreas, comunidades para que fossem realizados os levantamentos socioeconômicos, sendo selecionadas quatro comunidades distribuídas na área de entorno do igarapé: Comunidade Sharp, Aterro do 40, Conjunto Habitacional Manaus 2000, no distrito Industrial, e Ponte da Rua Nova – Bairro da Raiz. O segundo momento se constituiu na mobilização da comunidade para apresentação e discussão do projeto, a fim de que a comunidade pudesse participar de forma ativa, de todo processo de discussão, proposição e implementação das atividades previstas. A apresentação do projeto se pautou numa perspectiva de desenvolvimento de atividade sócio-educativa. Várias técnicas de abordagem e dinâmicas de grupo foram utilizadas no momento da apresentação do mesmo.

No terceiro momento com a comunidade, procedeu-se a coleta seletiva de lixo, em quatro escolas municipais da área de entorno do igarapé. Esta ação foi desenvolvida com a utilização de fantoches, que através de “estórias” convocaram os participantes a refletirem quanto à importância de não jogar o lixo em qualquer lugar, sobretudo nas áreas do igarapé, ao mesmo tempo em que orientava e informava sobre a necessidade da separação dos mais variados tipos de lixo produzidos na sociedade, tais como: doméstico, industrial, hospitalar, reciclável e não reciclável, alertando, ainda, quanto à degradação do meio ambiente através do lixo que “produzimos”. Na ocasião foi solicitado aos alunos que desenhassem o local em que residem, esta técnica, associada à explicação que apresentaram, tornou possível identificar a percepção e o significado do igarapé para as crianças e adolescentes.

Alguns dos depoimentos apresentados no decorrer da realização do trabalho: “Eu quero um rio dos meus sonhos um rio sem lixo sem contaminar...degradado...[quero] ajudar vocês....”; “Nos acreditamos em nós mesmos e queremos ajudar vocês e a nós ao mesmo tempo”; “Achamos muito importante, porque através dele, podemos conscientizar as pessoas a preservar o meio ambiente” (Roberta, Daiana, Eloísa).

Todavia, nem todos admitem que o igarapé faz parte do seu habitat, não reconhecem o espaço em sua totalidade. Participou desta atividade, uma média de 300 a 400 alunos do ensino fundamental e médio. No entanto, para além de 22 lideranças que atuam como informantes-chave no trabalho, 480 famílias participam do estudo fornecendo informações qualificadas.

Resultados e discussão

As técnicas de abordagem grupal utilizadas permitem perceber o entendimento dos participantes, fomentar o engajamento no projeto, bem como discutir suas expectativas em relação à realidade local e desencadear uma postura propositiva na busca de soluções locais que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente via construção de ações afirmativas de cidadania. A discussão em torno da concepção e prática de cidadania ganha centralidade nos debates acadêmicos, políticos e de organizações sociais, sobretudo na década de 80 com agravamento das questões sociais. Apesar do termo ser abrangente e possuir variadas conotações, sua base é: “ser cidadão é possuir o direito à participação social consciente e ter acesso ao usufruto dos bens e serviços sociais disponíveis na sociedade” (Chaves, 2002, p. 10). Nesta perspectiva de análise, a concepção de cidadania abrange direitos e deveres recíprocos entre os grupos sociais, onde um dos exemplos desta co-responsabilidade diz respeito ao meio ambiente, as questões sociais e culturais. Pois quando estas são desrespeitadas, o conjunto da sociedade sofre as consequências.

Para Faleiros (1989), a construção da cidadania abrange: 1) um processo ideológico de formação da consciência pessoal e social de direito e deveres; 2) e, também, o reconhecimento formal dos mesmos num Estado de Direito. Ambos se concretizam na luta contra as discriminações, na superação de barreiras de segregação entre indivíduos, no combate às diversas formas de opressão, no acesso às políticas públicas e na participação nas

decisões que envolvem os interesses da nação. No Brasil, uma das principais reivindicações na luta pela cidadania está centrada no acesso às políticas públicas, ou seja, o direito de universalização do usufruto de bens e serviços sociais, como característica fundamental de uma participação social cidadã.

Na década de 80, o conceito de cidadania ganhou repercussão, além de assumir importância central nas discussões sobre as questões sociais. Na década de 90, o estatuto que assumiu abrangeu a valorização ética e moral do indivíduo, sua pessoa jurídica, favorecendo que as instituições particulares assumissem novo papel político na cena social. Um exemplo bastante ilustrativo desta condição está na responsabilidade ecológica, pois, quando uma indústria faz despejo nas águas de material tóxico, ela pode ser responsabilizada por desrespeitar o direito dos demais cidadãos, pode-se acionar numa situação assim alguns instrumentos legais para assegurar direitos, num importante alerta e chamamento para a necessidade do exercício da co-responsabilidade e co-gestão do ambiente, da cultura e das questões sociais. Nesta parte será importante fazer um balanço crítico do que já foi possível alcançar com o desenvolvimento do projeto que teve seu início em julho de 2003 e tem previsão de término para julho de 2005. A resposta nesta direção é viável, tendo em vista que a construção das proposições que orientam o projeto, embora ainda em curso, já apresentam resultados práticos e positivos.

Dentre os resultados atuais, destaca-se: o diálogo com os comunitários que marca a dinâmica do trabalho, no estabelecimento de um vínculo importante entre todos os envolvidos; os frutos do esforço de elaboração sistemática entre os saberes técnico-científico e popular, o que tem permitido a ampliação dos conhecimentos tanto por parte da equipe técnica quanto das comunidades envolvidas neste processo; a integração da equipe com outras instituições na busca de soluções para problemas identificados; a constituição do diagnóstico atualizado para o gerenciamento dos recursos hídricos, planejamento e gestão municipal e estadual; a criação das bases para o zoneamento da Bacia que servirá para embasar o processo de tomada de decisão e subsidiar políticas públicas no Estado; a disponibilização de informação e atualização de uma base de dados com interface acessível para todos os usuários; a criação de mecanismos que tornaram factível a instalação do primeiro comitê para o gerenciamento de uma bacia urbana no Estado do Amazonas; o estabelecimento de compromisso entre as instituições e demais participantes para a implantação do modelo de gestão; a formação de Recursos Humanos na área de recursos hídricos. No entanto, mesmo considerando o momento incipiente para qualquer avaliação de cunho mais conclusivo sobre as atividades desenvolvidas, vale destacar as perspectivas que se apresentam. Para tal, consideramos como eixo norteador das ações extensionistas o atendimento às singularidades do contexto amazônico; aos princípios de desenvolvimento social e econômico equitativo e sustentável; e a produção de saberes que possam ser difundidos para além do espaço específico do Projeto. No que tange a política de preservação ambiental, espera-se superar o caráter tradicional preservacionista das políticas ambientais, correntemente sugeridas para a região amazônica, e assim, apontar um caminho possível para o seu desenvolvimento sustentável, muito embora a complexidade da situação e da realidade exija um conjunto de alternativas - que não repousa apenas num único vetor.

Para execução do projeto foi implementada uma rede de parcerias entre comunidade, Organizações Não Governamentais - ONGs, órgãos públicos das diferentes esferas municipal, estadual e federal e centros de pesquisa e universidades que constitui-se numa aliança exemplar e potencializadora que o projeto começa a desenvolver e estabelecer.

Na Amazônia, os problemas ambientais, oriundos das ações antrópicas, principalmente àqueles ocorridos no processo de ocupação da bacia amazônica, quando divulgados acarretaram uma forte repercussão, em âmbito nacional e internacional, pois foram acompanhados por preocupações crescentes com os recursos naturais da região. Nos últimos

anos, as preocupações estão voltadas prioritariamente para a preservação e conservação das florestas úmidas, com a criação de regulação, instrumentos e estratégias para atender aos interesses e necessidades. Embora tais iniciativas sejam ainda incipientes, elas padecem de um equívoco maior, o de relegar os impactos nos outros sistemas e subsistemas da bacia, como por exemplo, em relação ao meio ambiente aquático.

Conclusões

O conjunto de ações apresentadas, cujos problemas enfrentados têm sido considerados como eventos, conduzem para busca de alternativas criativas e estratégicas, ao desvendamento de balizas e subsídios a formulação de planejamento e gestão integrada e participativa dos recursos hídricos urbanos, através da estruturação de modelos dinâmicos, adaptáveis, de custo viáveis em direção ao desenvolvimento sustentável nesses contextos. A universidade, enquanto instituição de ensino é um espaço privilegiado para o debate e formulação de conhecimentos científicos que precisam ser difundidos na sociedade para dar respostas coerentes às demandas existentes.

Neste sentido, a extensão universitária é um dos principais espaços para difusão dos saberes produzidos no âmbito acadêmico. As metas estabelecidas para o trabalho foram a implantação de um banco de dados com todas as informações disponíveis sobre a bacia hidrográfica de maneira a servir como subsídio para a produção, formulação e embasamento de políticas; a implementação de uma rede integrada de informações viabilizando a manutenção e atualização do banco de dados; a avaliação da situação atual e a simulação de cenários para a elaboração do modelo de planejamento e gestão integrado e participativo. Contudo, este processo não pode se restringir ao repasse de conhecimentos, mas fundamentalmente, deve propiciar a oportunidade de formação qualificada de discentes. A mesma ocorre através de projetos interventivos com ações sócio-educativas em comunidades, assessorias, consultorias, elaboração de projetos e planejamentos a empresas, entidades governamentais e civis.

Neste processo de desenvolver, (re)pensar e propor novas formas de atuação e intervenção, a extensão universitária vem contribuindo de forma relevante e significativa com aprimoramento do ensino e da pesquisa nas universidades.

Nesta perspectiva de análise, a extensão constitui-se em espaço propício para divulgação de novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que contribui na construção da articulação entre os saberes tecno-científico e popular tradicional, presentes nas comunidades. Partindo destes pressupostos de análise e intervenção, as comunidades ou grupos sociais não se constituem apenas como simples público alvo da ação, mas como atores em suas situações de vida e em interação com os grupos universitários, num contínuo processo de construção de novos saberes e conhecimentos. Além da importância que esta metodologia confere ao saber popular, promove, também, nos atores externos a capacidade de refletir sobre o seu próprio contexto, potencializando, assim: o espírito crítico, a postura ética e política, a busca de emancipação e autonomia na construção de ações transformadoras.

O desenvolvimento de ações e o processo de formação sócio-educativa que o Projeto tem proporcionado, tanto aos pesquisadores e acadêmicos envolvidos quanto na área, são de fundamental importância no processo contínuo de ação-reflexão-ação, bem como, de construção da cidadania e garantia de direitos sociais as populações menos favorecidas. Neste sentido, o exercício das práticas de extensão universitária, no projeto em pauta, caracterizou uma significativa contribuição na co-produção de novas idéias, novos usos e para a reflexão sobre a necessidade de construir novas alternativas viáveis para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e do meio ambiente da cidade de Manaus.

Referências bibliográficas

CHAVES. M^a. do P. Socorro Rodrigues. Cidadania e Recursos Hídricos. In. Curso de Especialização em Planejamento e Gerenciamento de Águas. Manaus/AM, CCA/UFAM/CNPq, 2002. p. 1 – 52.

FALEIROS, Vicente de Paula. A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Sociais. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 1989.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. In: Revista de serviço Social e Sociedade, N° 58 ano XIX. São Paulo: Cortez, 1998 (p. 37-38)

THIOLLENT, Michel. A Metodologia Participativa e sua Aplicação em Projetos de Extensão Universitária. In: Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão. Niterói: 2000. p. 19-28.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Editora Cortez, 1985.